

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

1

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO

585203/04-0

14 07 04



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2004**

(Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130,
parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76)

DATA, HORA E LOCAL: Em 12 de julho de 2004, às 10:00 horas, na sede social da Companhia situada na Rua Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 550, Parque Residencial Jardim Aquário, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Foram cumpridas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei 6.404/76, constatando-se a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro de Registro de Presença dos Acionistas".

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIOS: Os avisos de que trata o artigo 124 da Lei 6.404/76, foram dispensados em conformidade com a Lei, pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124.

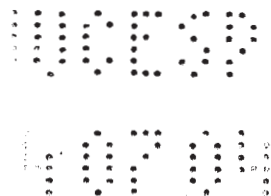
COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Márcio José Batista, Presidente; e Sr. Massami Uyeda Junior, Secretário.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (a) emissão, para subscrição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais, no valor total de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais); (b) autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia adotem, nas respectivas áreas de competência, todas as medidas necessárias à emissão das debêntures, incluindo, mas não se limitando, a constituição das respectivas garantias reais.



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

2



DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

(a) autorizar a 1ª emissão, para subscrição pública (a “Emissão”), de debêntures da Companhia (as “Debêntures”), com as seguintes características:

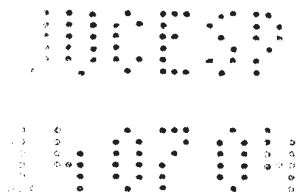
DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

1. Data da Emissão: A data da emissão das Debêntures será 01 de julho de 2004. **2. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais). **3. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”). **4. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures para distribuição pública. **5. Séries:** A emissão será dividida em duas séries, sendo ambas compostas por 9.000 (nove mil) debêntures cada uma, observado, entretanto, que a Companhia não poderá colocar as Debêntures da segunda série antes de colocadas as Debêntures de primeira série. **6. Forma e Modalidade:** As Debêntures serão da forma escritural e nominativa, e da modalidade simples, não conversíveis em ações. **7. Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantias reais, constituídas por (i) penhor de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais de emissão da Companhia, detidas pela Companhia de Concessões Rodoviárias (“CCR”); (ii) penhor dos valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% (cem por cento) do produto oriundo da cobrança do pedágio, em toda a extensão da Rodovia Presidente Dutra, e das demais receitas oriundas do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedida de Obra Pública nº PG-137/95-00 celebrado entre a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, e a Companhia (“Contrato de Concessão”); e (iii) penhor de direitos sobre as contas bancárias detidas pela Companhia e identificadas pelos números 04272-8, 04271-0 e 04269-4, 04270-2, na Agência nº 0912 do Banco Itaú S.A. Os penhores ora referidos serão compartilhados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e os debenturistas, representados pelo agente fiduciário da Emissão, na forma que dispuser os respectivos instrumentos contratuais. **8. Prazo de Vencimento:** as Debêntures da primeira série terão prazo de 72 (setenta e dois) meses e as



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

3



da segunda série de 66 (sessenta e seis) meses, vencendo-se, portanto, em 01 de julho de 2010 e 01 de janeiro de 2010, respectivamente. **9. Rendimento:** o rendimento das Debêntures será com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M (“IGP-M”), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros a serem estabelecidos em processo de *book building* (“Rendimento”). A deliberação da taxa final deverá ser estabelecida em reunião do Conselho de Administração da Companhia. **10. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento previsto no item 9. acima, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. **11. Periodicidade de Pagamento da Atualização:** a variação do IGP-M deverá ser paga nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a respectiva série. **12. Garantias Adicionais:** Além das garantias reais prestadas, a Companhia deverá ceder ao BNDES e aos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, de forma irrevogável e irrevocabél, a totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do poder concedente, na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do Contrato de Concessão. A referida cessão deverá ser refletida em um instrumento particular (“Contrato de Cessão”). **13. Vencimento Antecipado:** O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir, mediante notificação, o imediato pagamento pela Companhia do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento do Rendimento, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos: (a) liquidação, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da Companhia ou da CCR; (b) pedido de concordata preventiva, ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, formulado pela Companhia ou pela CCR, bem como início de procedimento de renegociação de obrigações financeiras da Companhia ou da CCR; (c) não pagamento, pela Companhia, de qualquer parcela do Valor Nominal Unitário, Rendimento ou quaisquer outros valores devidos aos debenturistas, nas respectivas datas de vencimento; (d) protestos



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

CNPJ 00.861.626/0001-92

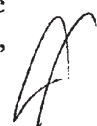
NIRE 3530014319 1

4

1000

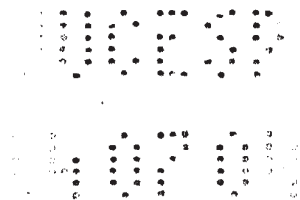
1000

legítimos e reiterados de títulos contra a Companhia ou a CCR, que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia; **(e)** pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, bem como resgate ou aquisição de ações de sua própria emissão ou opções nelas referenciadas, quando estiver em mora pecuniária perante os detentores das Debêntures, ou em desacordo com o disposto no instrumento particular que irá refletir os penhores prestados pela Companhia e pela CCR, conforme item 7. acima (o “Contrato de Penhor”, sendo o Contrato de Cessão e o Contrato de Penhor denominados em conjunto de “Contratos de Garantia”); **(f)** falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação prevista na escritura das Debêntures e nos Contratos de Garantia, observado os períodos de cura previstos; **(g)** o Contrato de Penhor (i) for objeto de questionamento judicial pela Companhia ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na escritura das Debêntures e/ou no Contrato de Penhor, desde que o penhor não seja substituído pela Companhia no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido; (ii) não for constituído; (iii) for anulado; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido; **(h)** a Companhia deixar de pagar qualquer dívida financeira em valor unitário igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou a CCR deixar de pagar qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento; **(i)** vencimento antecipado dos contratos de financiamento junto ao BNDES (“Contratos de Financiamento BNDES”) ou qualquer dívida financeira da (i) Companhia, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu contravalor em outras moedas, ou (ii) CCR, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu contravalor em outras moedas; **(j)** extinção da concessão do direito de exploração de rodovia de que a Companhia é titular; **(k)** as declarações e garantias a serem prestadas pela Companhia na escritura das Debêntures, bem como pela CCR e pela Companhia nos Contratos de Garantia, forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas,



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

5



incorretas, incompletas ou enganosas; (l) a Companhia transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na escritura das Debêntures, sem a prévia anuência do agente fiduciário, como representante dos debenturistas; (m) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Companhia, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures; (n) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia ou a CCR, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento; (o) a transferência do controle acionário da Companhia ou da CCR, sem a prévia e expressa autorização do agente fiduciário, representando os debenturistas; (p) a Companhia contrair ou manter, sem o consentimento do Agente Fiduciário, qualquer dívida diversa das abaixo listadas: (i) Contratos de Financiamento com BNDES; (ii) as Debêntures; (iii) dívidas subordinadas contraídas diretamente junto à CCR; (iv) contas a pagar incorridas no curso normal das atividades da Companhia, desde que não vencidas por mais de 90 (noventa) dias; (v) empréstimos de capital de giro contraídos no curso normal das atividades da Companhia, bem como operações de leasing, que não excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo que referidos empréstimos não poderão ser utilizados para liquidar quaisquer dívidas subordinadas; (vi) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos, acordadas pelas partes do Contrato de Concessão, para as quais tenham sido aplicados os mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão até o limite de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e (vii) a partir de 1º de janeiro de 2008, outras dívidas, desde que aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e pelo BNDES (neste último caso, apenas se os Contratos de Financiamento BNDES ainda estiverem em vigor); (q) a Companhia criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da Companhia, exceto: (i) aqueles previstos nos Contratos de Garantia; (ii)



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

6

penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Companhia, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela Companhia, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final; (iii) ônus ou gravames exigidos nos termos do Contrato de Concessão; e (iv) ônus ou gravames (exceto os listados neste item) incorridos no curso normal das atividades da Companhia e não relacionados a dívida financeira, desde que o montante garantido por tais ônus ou gravames não seja superior a R\$ 3.000.00,00 (três milhões de reais); (r) a Companhia prestar fiança ou outras garantias a terceiros ou assumir obrigações de qualquer natureza de terceiros, exceto contra-fiança no âmbito de sua conta corrente identificada pelo número 04269-4, na Agência nº 0912 do Banco Itaú S.A.; (s) a Companhia celebrar qualquer tipo de acordo ou contrato pelo qual qualquer espécie de receitas ou lucros da Companhia sejam divididos com ou atribuídos a qualquer pessoa, exceto programas de participação nos lucros e resultados instituídos em benefício de empregados da Companhia nos termos da lei; (t) a Companhia deter participação societária em qualquer sociedade; (u) a Companhia efetuar empréstimos, adiantamentos, ou manter depósitos (exceto por depósitos com bancos comerciais no curso normal dos negócios) ou investimentos (exceto por investimentos líquidos que tenham por finalidade exclusiva remunerar fundos disponíveis da Companhia, em estrita conformidade com os Contratos de Garantia) com qualquer pessoa ou sociedade; (v) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia; (x) a Companhia vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; e (z) a Companhia tomar qualquer atitude que resulte no término do Contrato de Concessão. **14. Procedimento de Distribuição:** a distribuição primária das Debêntures será pública, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo adotado o plano de distribuição organizado pelas respectivas instituições intermediárias e previsto no respectivo contrato de distribuição. **15. Distribuição Parcial:** não haverá distribuição parcial das Debêntures, uma vez que as instituições intermediárias deverão prestar garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures.



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

7

1000
1000

Cada série das Debêntures ainda deverá observar as seguintes características:

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

16. Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) terão o prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de julho de 2010. **17. Pagamento do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anual e sucessivamente, em parcelas de R\$2.000,00 (dois mil reais), a partir de 01 de julho de 2006. **18. Periodicidade de Pagamento dos Juros:** os juros das Debêntures da Primeira Série deverão ser pagos anualmente, a contar da Data de Emissão.

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

19. Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”) terão o prazo de vencimento de 66 (sessenta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de janeiro de 2010. **20. Pagamento do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anual e sucessivamente, em parcelas de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a partir de 01 de janeiro de 2007. **21. Periodicidade de Pagamento dos Juros:** os juros das Debêntures da Segunda Série deverão ser pagos anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2006.

(b) autorizar, após aprovação desta emissão de debêntures pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, nas suas respectivas áreas de competência, a adotarem todas as medidas necessárias à emissão das debêntures, devendo o Conselho de Administração definir a taxa de juros aplicável às Debêntures, após realizado o processo de *book building*, e a Diretoria (i) celebrar a respectiva escritura, nos termos da Lei nº 6.404/76; (ii) celebrar os Contratos de Garantia; (iii) celebrar o contrato de distribuição com o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição líder, Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e Banco Pactual S.A., os quais deverão prestar garantia firme



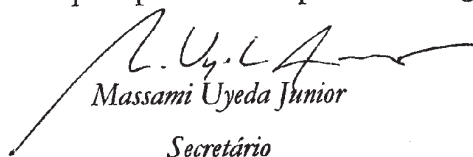
CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

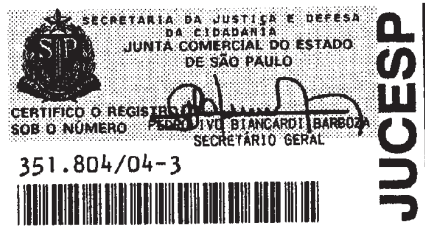
8

de subscrição das Debêntures; (iv) contratar o Banco Itaú S.A. para prestar os serviços de banco mandatário/depositário e escriturador das Debêntures; (v) contratar a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., para atuar como agente fiduciário da emissão; e (vi) contratação da Fitch Atlantic Ratings para emitir a súmula de classificação de risco da emissão.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi encerrada e lavrada a presente ata em forma de sumário, conforme admitido pelo artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. São José dos Campos, 12 de julho de 2004. Sr. Márcio José Batista, Presidente; e Sr. Massami Uyeda Junior, Secretário. **Acionistas:** COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, p. Sr. Renato Alves Vale e Sr. Massami Uyeda Junior; ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA., p. Sr. Sílvio Rogério Marchiori e Sr. Márcio José Batista; e (1) Sr. Renato Alves Vale; (2) Sr. Márcio José Batista; (3) Sr. Massami Uyeda Junior; (4) Sr. Leonardo Couto Vianna e (5) Sr. Francisco Manuel Rossio Pereira Mendes.

Certifico que a presente é cópia fiel do original.

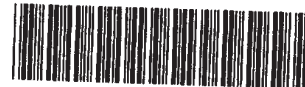

Massami Uyeda Junior
Secretário



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1



JUCESP PROTOCOLO
642848/04-0



**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2004**

(Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º,
da Lei nº 6.404/76)

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 30 de julho de 2004, às 15:00 horas, na sede social da Companhia situada na Rua Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 550, Parque Residencial, Jardim Aquário, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração.
3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Márcio José Batista, Presidente e Sr. Massami Uyeda Junior, Secretário.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a taxa final de juros das debêntures da primeira e segunda séries da primeira emissão da Companhia, conforme poderes que lhe foram delegados pelos acionistas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2004.
5. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os Conselheiros deliberaram aprovar a taxa final de juros de 9,5% a.a. (nove vírgula cinco por cento ao ano), base 252 dias úteis, definida em processo de *book building* encerrado nesta data, que incidirá sobre o saldo não amortizado das debêntures da primeira e segunda séries da primeira emissão da Companhia, atualizado pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. São José dos



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ 00.861.626/0001-92
NIRE 3530014319 1

A 4x4 dot matrix pattern where dots are arranged to form the word 'MUSE'. The letters are formed by clusters of dots: 'M' (top-left), 'U' (top-middle), 'S' (top-right), and 'E' (bottom-right).

Campos, 30 de julho de 2004. Sr. Márcio José Batista, Presidente e Sr. Massami Uyeda Junior, Secretário. **Conselheiros:** Sr. Renato Alves Vale; Sr. Márcio José Batista; Sr. Massami Uyeda Junior; Sr. Leonardo Couto Vianna; Sr. Francisco Manuel Rocio Pereira Mendes e Sr. Ricardo Froes Alves Ferreira.

Certifico que a presente é cópia fiel do original.

Massami Uyeda Junior
Secretário

